

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 10, DE 14 DE MARÇO DE 2018

(Revogada pela Resolução Consepe nº 50-2022)

~~Dispõe sobre a normativa para a criação, implantação e desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.~~

~~O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunido em sessão ordinária no dia 14 de março de 2018,~~

RESOLVE:

~~**Art. 1º** Aprovar as normas para a criação, implantação e desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo desta Resolução.~~

~~**Art. 2º** Fica revogada a Resolução Consepe nº 09/2010.~~

~~**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

LUÍS EDUARDO BOVOLATO

Reitor

~~eps.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**~~NORMATIVA PARA A CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO
SENSU NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS.~~**

~~Anexo da Resolução nº 10/2018 — Consepe
Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 14 de março de 2018.~~

~~(Alterada pelas Resoluções Consepe nºs 47/2018 e 12/2020).~~

(Revogada pela Resolução Consepe nº 50-2022)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 10/2018 – CONSEPE

NORMATIVA PARA A CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

DAS FINALIDADES

Art. 1º Os Cursos de Especialização da Fundação Universidade Federal do Tocantins, fundamentados na Resolução nº 01/2007 do CNE/CES e nas Normas Gerais da Pós-Graduação da UFT, têm por finalidade a capacitação profissional ou acadêmica em áreas específicas, podendo ser presenciais, semipresenciais ou à distância.

Art. 2º O cumprimento das finalidades será obtido através de:

- I — manutenção da qualidade do ensino ministrado, do estímulo à investigação científica e tecnológica e da produção artística;
- II — flexibilização curricular que conduza ao aprimoramento mais amplo das áreas;
- III — comprometimento com a realidade regional e nacional e com responsabilidade social;
- IV — identificação e discussão dos problemas da área de estudo, bem como sua interação com áreas afins;
- V — cultivo do espírito de iniciativa à pesquisa e extensão;
- VI — desenvolvimento da capacidade de análise e de crítica.

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 3º Os Cursos de Especialização são destinados a graduados com diplomas reconhecidos ou revalidados por uma IES reconhecida pelo MEC.

Art. 4º São considerados membros do corpo discente da UFT, com todos os direitos e deveres definidos pelo Estatuto e Regimento Geral da UFT, os alunos regularmente matriculados no curso e com frequência normal no mesmo.

Art. 5º O Curso contará, se possível, com pessoal técnico, secretário ou estagiários e docentes, cuja seleção será de responsabilidade do coordenador do curso, observando que os cursos, gratuitos ou não, não gerarão ônus para a universidade e ocorrerão sem interferência na carga horária regular da graduação.

Art. 6º Os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* serão ofertados de forma exclusiva pela UFT.

~~§ 1º Os cursos de Especialização terão, respectivamente, duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, não computada a carga horária destinada ao TCC.~~

~~§ 2º Os cursos poderão ser gratuitos ou não, de acordo com a legislação vigente, e/ou, em caso de cursos ofertados em parceria com outras instituições, de acordo com os termos do instrumento jurídico que rege tal parceria.~~

~~§ 3º Os poderes e as atribuições das partes envolvidas serão definidos pelos termos do instrumento jurídico, cabendo sempre à UFT, por meio da Propesq para esse fim, a responsabilidade de acompanhamento das atividades acadêmicas do curso.~~

~~§ 4º Cabe ao campus de origem do curso oferecer estrutura física e operacional necessária para sua realização nas dependências da Universidade.~~

~~§ 5º Em casos de especializações, ofertados em parcerias com outros órgãos ou instituições, seguirão os termos acordados no convênio.~~

DA CÂMARA TÉCNICA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

~~Art. 7º Câmara Técnica de Pós Graduação *Lato Sensu* caberá a coordenação técnica geral dos Programas de Pós Graduação.~~

~~Art. 8º A Câmara Técnica de Pós Graduação será constituída:~~

- ~~I—pelos Coordenadores dos cursos *Lato Sensu*;~~
- ~~II—pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação;~~
- ~~III—pelo Diretor de Pós Graduação da Propesq;~~
- ~~IV—por 1 (um) representante dos estudantes de pós graduação, com seu respectivo suplente, eleitos por seus pares para mandato de 1 (um) ano.~~

~~Art. 9º O presidente da Câmara Técnica de Pós Graduação será o Pró Reitor de Pesquisa e Pós Graduação, podendo este cargo ser exercido pelo Diretor de Pós Graduação da Propesq, mediante nomeação do Pró Reitor de Pesquisa e Pós Graduação.~~

~~Art. 10. Constituem atribuições da Câmara Técnica de Pós Graduação *Lato Sensu*:~~

- ~~I—elaborar o Regimento de pós graduação *Lato Sensu* para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como, editar instruções complementares;~~
- ~~II—propor os requisitos mínimos dos projetos da pós graduação *Lato Sensu*, atendidas às normas gerais estabelecidas pela legislação vigente;~~
- ~~III—promover o desenvolvimento das atividades de pós graduação *Lato Sensu* da UFT;~~
- ~~IV—avaliar o funcionamento e o desempenho didático pedagógico dos projetos de pós graduação *Lato Sensu*;~~
- ~~V—atuar como órgão informativo e consultivo da Propesq, em matéria de pós graduação *Lato Sensu*.~~

DA IMPLANTAÇÃO E DA OFERTA

~~Art. 11. Os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* serão criados a partir de propostas organizadas pelas unidades acadêmicas (cursos, núcleos e institutos) e serão condicionados pela:~~

~~I— disponibilidade de recursos humanos;~~
~~II— captação de recursos próprios ou de outras fontes externas;~~
~~III— qualificação do corpo docente na área de concentração do curso e disponibilidade de tempo para ministrar aulas, orientar trabalhos de conclusão de curso e demais atividades, desde que não sejam prejudicadas as atividades de ensino na graduação e na pós-graduação *Stricto Sensu*;~~

~~IV— produtividade acadêmica do corpo docente, demonstrada por suas realizações profissionais, artísticas e acadêmicas.~~

~~Art. 12. Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, com a participação de mais de uma Unidade Acadêmica, ficarão sob a responsabilidade da Unidade que apresentou originalmente a proposta do curso.~~

~~**Parágrafo único.** Para os cursos já aprovados, que tenham intenção de ampliar a oferta do curso para a modalidade multicâmpus, deverão apresentar na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq), para ciência e posterior encaminhamento à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Soes) para alteração do anexo da Resolução de criação do Curso, a aprovação do Conselho Diretor em que o curso irá funcionar, bem como, a declaração de disponibilidade de infraestrutura para o funcionamento de curso, sendo vedada qualquer alteração na estrutura didático-pedagógica (carga horária e/ou créditos a serem cumpridos, corpo docente/tutores, metodologia de trabalho, forma de avaliação, distribuição da carga horária presencial e a distância, ementário, bibliografia, entre outros). (Incluído pela Resolução Consep nº 12/2020, de 08.12.2020)~~

~~Art. 13. A solicitação e o projeto de criação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* deverão ser encaminhados à SOCS, pelo Diretor do Câmpus na qual está sediada a unidade acadêmica responsável pelo curso, por meio de cópia digital, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para o seu início. No projeto de criação de curso deverá constar (Anexo II — Roteiro Básico para Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*):~~

~~I— normas para admissão e número de vagas;~~
~~II— justificativa e objetivos do curso;~~
~~III— público-alvo;~~
~~IV— concepção do curso;~~
~~V— estrutura curricular determinando carga horária, ementa de cada disciplina ou equivalente;~~
~~VI— definição da carga horária, de horas/aula teóricas e de atividades práticas;~~
~~VII— corpo docente;~~
~~VIII— metodologia e formas de avaliação;~~
~~IX— infraestrutura;~~

- ~~X — critérios de seleção e controle de frequência;~~
- ~~XI — trabalho de conclusão de Curso;~~
- ~~XII — certificação;~~
- ~~XIII — plano financeiro: indicação dos valores das taxas (inscrição, matrícula e mensalidades, quando houver), os custos, bem como, o demonstrativo de receitas e despesas;~~
- ~~XIX — bibliografia específica;~~
- ~~XX — indicadores de Produtividade (Atividades de pesquisa, extensão e desenvolvimento, produção acadêmica, TCC, patentes, registros de software).~~

~~Art. 14. A solicitação de criação de cursos deverá ser instruída com os seguintes documentos:~~

- ~~I — Ata e memorando das unidades acadêmicas proponentes;~~
- ~~II — Declaração do Diretor de Câmpus que sediará o curso, atestando que o Câmpus dispõe de salas de aula, laboratórios e o que mais for necessário para a realização do mesmo;~~
- ~~III — Ata ou certidão da reunião do Conselho Diretor dando anuência da criação do curso;~~
- ~~IV — Ciência da equipe técnica envolvida.~~

~~Art. 15. É vedada a abertura de projetos de novos cursos com a mesma nomenclatura e modalidade de cursos já existentes no Câmpus de origem.~~

~~Art. 16. Os novos cursos de Pós Graduação *Lato Sensu* somente poderão funcionar após sua apreciação pela Câmara de Pesquisa e Pós Graduação e aprovação pelo Consepe conforme a legislação vigente.~~

~~Art. 17. Alterações relacionadas à estrutura didático pedagógica de curso já aprovado deverão ser submetidas para apreciação da Câmara de Pós Graduação do Consepe.~~

~~Art. 17. Alterações relacionadas à estrutura didático pedagógica de curso, de projetos já aprovados, deverão ser submetidas à apreciação da Câmara de Pesquisa e Pós Graduação e, em seguida, encaminhadas para avaliação no Consepe. (Redação dada pela Resolução Consepe nº 47/2018, de 31.10.2018)~~

DA OFERTA DO CURSO DE LATO SENSU GRATUITO

~~Art. 18. Os cursos de especialização *Lato Sensu* gratuitos da Universidade Federal do Tocantins têm como princípio básico cumprir a função social da Universidade Pública.~~

~~§ 1º. Constituem cursos de especialização gratuitos aqueles cujos projetos garantam plena gratuidade aos estudantes, podendo conforme projeto pedagógico, previamente aprovado, prevê taxas de inscrição.~~

~~§ 2º. Os cursos abertos, por meio de projetos financiados por órgão públicos e/ou editais de fomento, que não impliquem cobrança de matrícula e mensalidade aos estudantes também são considerados cursos gratuitos.~~

~~§ 3º. Cabe à Universidade Federal do Tocantins, por meio de seus órgãos competentes, fomentarem a criação e a manutenção dos cursos gratuitos.~~

~~§ 4º. Para a manutenção dos cursos gratuitos, a Direção de Câmpus deverá dispor de um espaço compartilhado para o funcionamento das coordenações e das secretarias.~~

~~Art. 19. Os projetos dos cursos de pós-graduação gratuitos deverão contemplar os atendimentos aos estratos sociais beneficiados por cotas previstos em lei, bem como o incentivo à capacitação dos técnicos administrativos da UFT, conforme as resoluções vigentes.~~

DA COORDENAÇÃO

~~Art. 20. Os cursos de especialização *Lato Sensu* da Universidade Federal do Tocantins deverão ter um Coordenador Geral e, opcionalmente, um Coordenador Adjunto, devendo esses, necessariamente, serem portadores de titulação mínima de mestre e pertencerem ao quadro de servidores permanentes desta universidade.~~

~~§ 1º. A duração do mandato da coordenação será por 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido no cargo pelo mesmo período.~~

~~§ 2º. Quando houver remuneração do Coordenador Geral e/ou Coordenador Adjunto deve estar de acordo com o plano de trabalho apresentado à UFT, com carga horária semanal explicitada, possibilitando haver variações de valores conforme especificidades do curso, desde que respeitada a legislação vigente.~~

~~§ 3º. Compete ao Coordenador Adjunto do curso auxiliar o Coordenador Geral nas atividades descritas no *caput* deste artigo e o substituir em suas ausências e impedimentos.~~

~~Art. 21. Compete à Coordenação do Curso:~~

~~I — exercer a direção executiva das atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao curso;~~

~~II — supervisionar e cumprir o disposto nesta Resolução, assim como as normas específicas vigentes;~~

~~III — representar o curso junto ao Conselho de Direção do Câmpus, de origem do projeto;~~

~~IV — apresentar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação relatórios ao início e ao término de cada turma do curso e sempre que solicitado;~~

~~V — manter atualizada junto à Propesq toda a documentação prevista nesta Resolução;~~

~~VI — apreciar, julgar e emitir parecer conclusivo sobre as solicitações de docentes e discentes do curso, desde que elas não contrariem esta Resolução e as demais normas vigentes;~~

~~VII — responder por todos os atos financeiros conforme resoluções vigentes;~~

~~VIII — realizar o controle da captação de recursos arrecadados, bem como toda a gestão e controle de suas informações.~~

~~Art. 22.~~ Em caso de vacância do coordenador caberá ao órgão colegiado ao qual o curso está vinculado indicar um substituto.

~~Art. 23.~~ Caso não haja indicação a Propesq deverá designar um coordenador pró tempore.

DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

~~Art. 24.~~ O corpo docente dos Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu* deverá ser composto de, no mínimo, 1/3(um terço) do quadro permanente da UFT e apresentar qualificação mínima de mestrado, com títulos obtidos em programas de Pós Graduação *Stricto Sensu* recomendados pela Capes.

~~§ 1º.~~ Em caso de o número de docentes mestres e/ou doutores for insuficiente para atender à exigência de qualificação prevista no *caput* deste artigo, poderão lecionar nos cursos profissionais de alta competência e experiência em áreas específicas do curso, desde que aprovados pela Coordenação e pela Câmara de Pesquisa e Pós Graduação.

~~§ 2º.~~ O número de docentes sem titulação mínima de mestrado não poderá ultrapassar 30% do corpo docente do Curso.

~~Art. 25.~~ No caso de inserção ou supressão de membro de equipe executora, durante a execução do projeto, deverá ser solicitado pela Fundação de Apoio ao setor competente da UFT um pedido com a devida justificativa e concordância do órgão colegiado ao qual o projeto foi aprovado. A solicitação deverá ser autorizada pelo representante legal da instituição. Nos casos de projetos não vinculados a colegiados, essa aprovação será feita diretamente no Conselho Superior Universitário — CONSUNI, conforme reza a Normativa que dispõe sobre as normas gerais para celebração de contratos ou convênios da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com Fundação de Apoio (FA) e para a concessão de bolsas a servidores, Art 4º, §4.

~~Art. 26.~~ Eventuais alterações no corpo docente poderão ser autorizadas no âmbito do curso de especialização e comunicadas por ofício à Diretoria de Pós Graduação, desde que o professor a ser incluído possua titulação mínima compatível com a substituição.

~~Art. 27.~~ Os Cursos de Especialização terão a duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, exceto o TCC.

~~§ 1º.~~ Na carga horária constante do *caput* deste artigo não estão computados o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso.

~~§ 2º.~~ Caso o curso tenha entre as finalidades o aprimoramento da atividade docente, serão destinadas 60 (sessenta) horas de sua carga horária global à disciplina de Metodologia do Ensino Superior, devendo o restante ser dedicado ao conteúdo específico do curso, incluindo a Iniciação à Pesquisa.

~~Art. 28.~~ Para a orientação dos acadêmicos no trabalho final será convidado professor do curso conforme qualificação e necessidade, ficando a critério da coordenação. O aluno somente poderá entregar o trabalho final após aprovação do professor orientador.

~~Art. 29.~~ No caso da necessidade de orientação específica em determinado assunto, poderá ser convidado um professor que não pertença ao corpo docente do curso, na condição de orientador voluntário, sem ônus para o projeto, desde que aprovado pela coordenação.

DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E MATRÍCULA

~~Art. 30.~~ É de responsabilidade do coordenador informar à Propesq o calendário das atividades do curso (período de inscrição, oferta do curso e conclusão).

~~Art. 31.~~ As solicitações para publicação de editais deverão ser encaminhadas à Propesq, via e-mail, até 15 dias antes de sua publicação.

~~Art. 32.~~ No ato da inscrição, o candidato apresentará a seguinte documentação:

~~I~~— Ficha de inscrição (modelo padronizado — Anexo III) devidamente preenchida, declarando que o candidato está de acordo com as normas de seleção adotadas;

~~II~~— Carteira de identidade e CPF (fotocópias autenticadas);

~~III~~— Visto RNE para estrangeiros residentes no país (fotocópia);

~~IV~~— Diploma e histórico escolar do curso de graduação reconhecido pelo MEC (fotocópia autenticada);

~~V~~— comprovante de pagamento de taxa de inscrição, quando for o caso;

~~VI~~— comprovante de quitação com o serviço militar se for o caso (fotocópia);

~~VII~~— Certidão de casamento, caso haja mudança de nome (fotocópia autenticada);

~~VIII~~— comprovante de quitação com as obrigações eleitorais (fotocópia).

~~Art. 33.~~ Os portadores de títulos de curso de graduação obtidos no exterior deverão apresentar o documento de reconhecimento dos mesmos.

~~Art. 34.~~ É vedada a inscrição de aluno que não tenha concluído curso de graduação reconhecido pelo MEC.

~~Art. 35.~~ O processo de seleção da Especialização será de responsabilidade da coordenação do curso, de acordo com este Regulamento e projeto pedagógico aprovado.

~~Art. 36.~~ Quando houver necessidade de alteração do processo seletivo inicialmente aprovado no PPC, deverá ser comunicado à Propesq.

~~Art. 37.~~ A seleção de alunos à Pós-Graduação *Lato Sensu* far-se-á mediante edital público. Cumprida a coordenação do curso estabelecer os critérios referentes à avaliação do candidato.

~~Art. 38.~~ O resultado final do processo seletivo será homologado pela coordenação da especialização e comunicado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT, que fará a publicação na *mini home* do curso (*site* da UFT).

~~Art. 39.~~ Não havendo o completo preenchimento das vagas ofertadas, a continuidade, a prorrogação do Edital ou o cancelamento do curso dependerá de decisão da coordenação da especialização.

~~Art. 40.~~ Não haverá possibilidade de trancamento de matrícula no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*.

~~Art. 41.~~ Poderá haver matrícula de aluno especial nas disciplinas do curso. Será fornecida declaração de participação expedida pela Coordenação do Curso.

~~Art. 42.~~ Entende-se por aluno especial o discente que desenvolver uma das seguintes atividades: produção de artigo, tutoria, apresentação de relatórios técnicos (visitas técnicas), tiver aula à distância, devendo sempre priorizar as aulas presenciais.

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

~~Art. 43.~~ O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser individual, com ou sem defesa pública, e avaliado de acordo com o especificado no projeto.

~~Art. 44.~~ Os cursos de pós-graduação *Lato sensu* oferecidos à distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual do TCC.

~~Art. 45.~~ O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste de um estudo prático, teórico, empírico ou metodológico, pertinente à área de conhecimento do curso, cujo resultado deverá ser apresentado em forma de monografia, artigo, projeto ou plano de negócio, de acordo com o especificado no projeto do curso, formatado de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

~~Art. 46.~~ Quando houver necessidade de alteração da modalidade TCC inicialmente aprovado no PPC, deverá ser comunicado à Propesq.

~~Art. 47.~~ Será considerado aprovado no TCC o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete).

~~Art. 48.~~ Se houver reprovação no TCC pela segunda vez, ele será automaticamente desligado do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, tendo direito a receber “declaração de que cursou as disciplinas do curso”, podendo ser aproveitadas para efeito de contagem de carga horária em outro curso de especialização.

~~Art. 49.~~ Somente fará jus ao certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* o aluno que obtiver aprovação em todas as disciplinas e no TCC e encaminhar à Coordenação do Curso 1 (um) ARQUIVO, em formato *pdf*.

DA FREQUÊNCIA, AVALIAÇÃO E EXPEDIÇÃO DOS CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO

~~Art. 50.~~ Os alunos que obtiverem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina e o respectivo aproveitamento, aferido através de processo formal de avaliação, vindo a obter no mínimo a nota 7,0 (sete) nas disciplinas, incluindo o trabalho de conclusão de curso, farão jus ao certificado do curso de especialização.

~~Art. 51.~~ Os processos de avaliação a serem adotados pelos professores, de acordo com o planejamento acadêmico das disciplinas, constantes nos programas das mesmas, poderão ser provas dissertativas, trabalhos escritos, iniciação à pesquisa e seminários.

~~**Parágrafo único.** Incluem-se outros critérios de avaliação, caso haja necessidade por parte da disciplina.~~

~~**Art. 52.** Os certificados deverão ser solicitados pela coordenação à Propesq, de acordo com esta Resolução, a contar após o término das atividades da última turma que estava em vigência e serão confeccionados em até 90 dias.~~

~~**Art. 53.** Os documentos necessários para emissão dos certificados são:~~

- ~~I — cópia da certidão de nascimento ou casamento (autenticada);~~
- ~~II — cópia do RG (autenticada);~~
- ~~III — cópia (autenticada) do diploma do curso de graduação (frente e verso autenticados);~~
- ~~IV — Histórico escolar da pós-graduação assinado pelo coordenador.~~

~~**Art. 54.** As disciplinas cursadas em cursos anteriores, do mesmo nível, poderão ser aproveitadas, desde que haja compatibilidade entre conteúdo e carga horária, com aprovação da coordenação, desde que haja equivalência de, no mínimo, 75% de suas ementas e, desde que a disciplina tenha sido cursada nos últimos 2 (dois) anos, obedecendo ao limite máximo de 30% da carga horária total do curso.~~

~~**Art. 55.** A solicitação do aproveitamento de disciplinas deverá ser encaminhada à coordenação de curso, acompanhada do histórico escolar correspondente e do programa das disciplinas para submissão e avaliação.~~

~~**Art. 56.** Os certificados expedidos pela Propesq devem conter, no verso, as seguintes informações:~~

- ~~I — relação das disciplinas e/ou equivalente, respectivas cargas horárias, notas obtidas pelo aluno, nome e titulação dos professores;~~
- ~~II — período em que o curso foi ministrado e sua duração total em horas;~~
- ~~III — título do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e nome do orientador.~~

~~**Art. 57.** Os certificados dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* serão assinados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Diretor de Pós-Graduação e pelo Coordenador do Curso de Pós-Graduação.~~

~~**Art. 58.** Estará automaticamente desligado do curso o aluno que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:~~

- ~~I — for reprovado mais de uma vez em uma mesma disciplina;~~
- ~~II — não completar todos os requisitos do curso no prazo máximo de 2 (dois) anos, após o início da turma em que está matriculado.~~

~~**Art. 59.** O candidato reprovado uma única vez em Trabalho de Conclusão de Curso terá oportunidade de entrega e/ou apresentação de uma nova versão do trabalho em data a ser fixada pela coordenação do curso no prazo máximo de 60 dias, após a data da reprovação.~~

~~**Art. 60.** Se houver reprovação pela segunda vez, ele será automaticamente desligado do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (tendo direito a receber “declaração de que~~

~~cursou as disciplinas do curso”, podendo ser aproveitadas para efeito de contagem de carga horária em outro curso de especialização).~~

~~Art. 61. Caso haja reprovação em disciplina, o aluno poderá solicitar que a mesma seja cursada em regime especial, com critérios de avaliação instituídos pela coordenação, não excedendo 30% das disciplinas.~~

~~Art. 62. Para o aluno que não conseguiu concluir o curso por falta de um ou mais módulos, deverá esse cursar a disciplina que ainda resta como aluno especial, em turma seguinte ou em outra instituição que a oferte e posteriormente solicitar aproveitamento, desde que tenha ementa e carga horária compatíveis.~~

DOS RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

~~Art. 63. As normas gerais para celebração de contratos ou convênios da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com Fundação de Apoio (FA), bem como, para a concessão de bolsas, são regulamentadas no âmbito da UFT, deverão obedecer as resoluções vigentes.~~

~~Parágrafo único. Somente após as aprovações de criação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, baseada nesta resolução, é que será possível a celebração dos instrumentos descritos no caput. (Incluído pela Resolução Consepe nº 47/2018, de 31.10.2018)~~

~~Art. 64. Caberá à Propesq o acompanhamento pedagógico, gestão e controle das informações dos cursos disponibilizadas no SIE.~~

~~§ 1º. Os dados pertinentes à gestão pedagógica dos cursos serão de responsabilidade da Propesq e da coordenação.~~

~~§ 2º. Sempre que houver necessidade, a Propesq poderá solicitar relatórios ao coordenador e ao setor competente da UFT a respeito do andamento dos cursos.~~

DA AVALIAÇÃO DO CURSO

~~Art. 65. Ao final de cada disciplina será aplicado um questionário padrão junto aos alunos do curso a fim de identificar o nível de qualidade em relação ao docente, à estrutura e à participação do aluno, cujos resultados deverão ser encaminhados à Diretoria de Pós-graduação.~~

~~Art. 66. É facultado à Diretoria de Pós-graduação aplicar questionários de avaliação do curso junto aos alunos.~~

~~Art. 67. Ao final do curso, será aplicado um instrumento padrão pela Propesq a fim de identificar o nível de qualidade do curso nos aspectos administrativos e pedagógicos.~~

~~§ 1º. Nos casos em que cursos obtiverem desempenho inferior a 70% (setenta por cento) de aproveitamento, não poderão abrir novas turmas automaticamente, ficando a coordenação responsável por enviar parecer justificando aqueles pontos com notas inferiores, para que seja apreciado pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação, sendo decidido por essa a abertura de novas turmas.~~

~~§ 2º. Os cursos que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais de desempenho terão autorização para abrir novas turmas de maneira automática, desde que apresentem certidões de regularidade financeira e de gestão acadêmica.~~

~~Art. 68. Até 90 (noventa) dias após o término do curso, o coordenador enviará à Propesq o relatório final das atividades desenvolvidas, bem como o processo para emissão do certificado dos alunos concluintes, composto pela documentação exigida no art. 45 desta Resolução.~~

~~§ 1º. Será parte integrante do relatório final do curso a documentação do(s) aluno(s) não concluinte(s) acompanhada do histórico das disciplinas cursadas assinado pelo coordenador.~~

~~§ 2º. Os cursos que estiverem inadimplentes quanto à entrega do relatório final ou com prestação de contas não aprovadas estarão impossibilitados de abrirem novas turmas ou submeter novos cursos e os seus coordenadores responderão administrativamente por seus atos diante da universidade.~~

~~Art. 69. Os cursos de especialização *Lato Sensu*, assim como todos os cursos ofertados pela Universidade Federal do Tocantins, deverão fornecer acesso aos alunos com deficiência, de acordo com a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.~~

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 70. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos em primeira instância pela coordenação de cada curso de especialização e em segunda instância pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Consepe/UFT.~~

~~Art. 71. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação pelo plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão, e serão revogadas as disposições em contrário.~~

ANEXO II – ROTEIRO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Informação	Detalhamento
1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Identificação do curso, da área do conhecimento a que pertence e a forma de oferta: presencial ou à distância.
2. Justificativa Ressaltar a relevância do curso em observação à Missão da UFT (Formar profissionais e produzir conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal)	<ul style="list-style-type: none"> Razões que deram origem à criação do Curso. Carências a serem supridas na área do Magistério Superior ou formação profissional. Contribuição para o desenvolvimento regional sob o ponto de vista econômico, social, científico e tecnológico.
3. Histórico (Referente à Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>)	<ul style="list-style-type: none"> Descrever a experiência da instituição com relação ao ensino de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>, desde a sua criação.
4. Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Explicitar os objetivos do curso: geral e específicos.
5. Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none"> Definição do público-alvo e a contribuição que pretende dar em termos de competências e habilitações aos egressos.
6. Concepção do Curso (Referente ao curso que está sendo proposto).	<ul style="list-style-type: none"> Citar os aspectos fundamentais que nortearam a criação do curso em termos de inserção no contexto global e das principais abordagens teórico-práticas pretendidas, além dos aspectos de inovação introduzidos por meio do Curso. Descrever as parcerias firmadas com outras organizações para desenvolvimento do curso.
7. Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> Indicação do nome, titulação, regime de contratação do Coordenador do Curso, descrição da experiência acadêmica e profissional.
8. Carga Horária	<ul style="list-style-type: none"> Indicação da carga horária total em sala de aula, em atividades práticas, em atividades individuais, em grupo, fora de sala de aula e no trabalho de conclusão de curso.
9. Período e Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> Indicar o período de duração do curso – início e fim – e

	<p>o turno, com a carga horária por turno, início e fim de cada turno.</p> <ul style="list-style-type: none"> Indicar a periodicidade de oferta do curso.
10. Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> Relacionar os módulos e as disciplinas com a respectiva carga horária. Descrever a ementa de cada disciplina e a bibliografia básica, com até três obras por disciplina.
11. Corpo Docente	<ul style="list-style-type: none"> Indicação do nome e da titulação de cada integrante do Corpo Docente do curso, experiência acadêmica e profissional e forma de contratação (remuneração ou não).
12. Currículo lattes dos professores	<ul style="list-style-type: none"> Inserir o currículo de cada docente responsável por cada disciplina.
13. Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> Relacionar os recursos metodológicos a serem empregados no curso. Explicitar o uso de métodos inovadores de ensino e a forma como se pretende alcançar a integração entre teoria e prática.
14. Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> Descrever a tecnologia empregada, principalmente no caso de curso a distância: plataforma, ferramentas específicas, recursos de multimídia, produção de material de apoio, sessões presenciais, tutoria, monitoria e outras informações relevantes.
15. Infraestrutura Física (Detalhar apenas a infraestrutura destinada ao curso que está sendo proposto).	<ul style="list-style-type: none"> Relacionar as condições de infraestrutura física (salas de aula, biblioteca, equipamentos e laboratórios, áreas de acesso especiais) e demais instalações asseguradas aos professores e alunos do curso proposto.
16. Critério de Seleção	<ul style="list-style-type: none"> Critério de seleção dos alunos e pré-requisito para ingresso no curso.
17. Sistemas de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Indicação da forma de avaliação do desempenho dos alunos. Indicar também a forma como os alunos irão avaliar os professores, a coordenação do curso, o atendimento administrativo e as instalações físicas.
18. Controle de Frequência	<ul style="list-style-type: none"> Frequência mínima exigida e forma de controle.
19. Trabalho de Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> Indicação do tipo de trabalho, formação de banca examinadora e demais requisitos para certificação (mais detalhes Capítulo X).
20. Certificação	<ul style="list-style-type: none"> Instituição que irá cancelar o certificado e condições para sua emissão.
21. Plano de viabilidade financeira	<ul style="list-style-type: none"> Indicação dos valores das taxas, os custos, bem como, o demonstrativo de receitas e despesas.
22. Bibliografia específica	<ul style="list-style-type: none"> Indicação da bibliografia utilizada na elaboração do projeto.
23. Indicadores de Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> Indicadores fixados para avaliação global do Curso de Pós-Graduação: número de alunos a serem formados, índice médio de evasão admitido, produção científica, média de desempenho dos alunos,

	• grau de aceitação dos egressos e outros.
--	---

ANEXO III — FICHA DE INSCRIÇÃO

UFT/PROPEQ	FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>
PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO (candidato)	
Nome do Candidato: (não abreviar) ENDEREÇO RESIDENCIAL Rua/Av.: Bairro: Cidade: _____ UF.: CEP.:	
Email: ENDEREÇO PROFISSIONAL Rua/Av.: Bairro: Cidade: _____ UF.: CEP	
DOCUMENTO DE IDENTIDADE:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
DATA DE NASCIMENTO:	LOCAL:
CURSO PRETENDIDO:	
CANDIDATO — () Graduado — () Especialista — () Mestre	
ATENÇÃO: O CANDIDATO NÃO SELECIONADO DEVERÁ RETIRAR SEUS DOCUMENTOS JUNTO A COORDENAÇÃO DO CURSO ONDE SE INSCREVEU, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS APÓS A INSCRIÇÃO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA 2ª VIA DESTA FICHA, SOB PENA DE DESCARTE DO MESMO. DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO <i>LATO SENSU</i> E SUA BASE LEGAL. DECLARO TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.	
DATA DA INSCRIÇÃO: ____/____/____	ASSINATURA DO CANDIDATO: _____ _____

<u>RESERVADO/UFT</u>	
ASSINATURA DO SERVIDOR: _____	
MATRÍCULA: _____	
DATA: ____/____/____	CÂMPUS: _____